

QUESTÕES DO ENQUADRAMENTO LEGAL CRIADO PELO REGULAMENTO UE RELATIVO À MADEIRA PARA AS QUAIS SÃO NECESSÁRIAS ORIENTAÇÕES

INTRODUÇÃO

O Regulamento (UE) n.º 995/2010 que fixa as obrigações dos operadores que colocam no mercado madeira e produtos da madeira¹ (Regulamento UE da madeira ou RUEM) prevê que a Comissão adote medidas de execução com vista a assegurar condições uniformes de aplicação. A Comissão adotou um regulamento delegado, que estabelece requisitos detalhados e um procedimento para o reconhecimento e a retirada do reconhecimento das organizações de vigilância², e um regulamento de execução, que estabelece normas detalhadas no que respeita ao sistema de diligência devida e à frequência e natureza das inspeções das organizações de vigilância pelas autoridades competentes dos Estados-Membros³.

Em consultas com as partes interessadas, os peritos dos Estados-Membros e os membros do Comité de Aplicação da Legislação, Governação e Comércio no Setor Florestal (FLEGT), concluiu-se que determinados aspetos do Regulamento UE da madeira careciam de aclaração e que era necessário um documento de orientação que abordasse as questões suscitadas por este regulamento e pelos regulamentos técnicos conexos. O documento foi debatido e elaborado com a assistência do FLEGT.

O documento de orientação não é vinculativo, sendo seu propósito explicar determinados aspetos do RUEM e dos dois regulamentos conexos adotados pela Comissão. O documento não se substitui às disposições do Regulamento (UE) n.º 995/2010, do Regulamento (UE) n.º 363/2012 da Comissão e do Regulamento (UE) n.º 607/2012 da Comissão, que constituem as bases jurídicas aplicáveis, nem lhes faz aditamentos ou alterações. As questões nele abordadas não deverão ser consideradas isoladamente, mas sim em conjunção com a legislação, nem podem constituir um referencial *per se*.

Creemos, todavia, que o documento de orientação constituirá uma referência útil para todos aqueles que estão obrigados a aplicar o RUEM, uma vez que elucida aspetos do texto legislativo de difícil compreensão. O documento servirá também de guia para as autoridades nacionais competentes e os órgãos nacionais responsáveis por dar execução e fazer cumprir este pacote legislativo.

No processo de consulta que precedeu a adoção dos dois regulamentos técnicos da Comissão e nos inúmeros encontros bilaterais realizados com as partes interessadas, delinearam-se as questões a incluir no documento de orientação. Se outras questões se lhes vierem juntar, fruto da experiência adquirida com a aplicação do RUEM, o documento de orientação será atualizado.

¹ JO L 295 de 12.11.2010, p. 23

² JO L 115 de 27.4.2012, p. 12

³ JO L 177 de 7.7.12, p. 16

1. Definição de «colocação no mercado»

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 2.º

Definições

[...]

b) «Colocação no mercado» [é] o fornecimento por qualquer meio, independentemente da técnica de venda utilizada, de madeira ou produtos da madeira pela primeira vez no mercado interno para distribuição ou utilização no âmbito de uma atividade comercial, a título oneroso ou gratuito. Inclui também o fornecimento mediante técnicas de comunicação à distância na aceção da Diretiva 97/7/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 1997, relativa à proteção dos consumidores em matéria de contratos à distância [...]. O fornecimento no mercado interno de produtos da madeira derivados de madeira ou de produtos da madeira já colocados no mercado interno não constitui «colocação no mercado»;

[...]

Esta definição indica claramente que o «fornecimento» se deve efetuar:

- **No mercado interno** – ou seja, a madeira tem de se encontrar fisicamente na UE, quer tenha sido extraída na União, quer tenha sido importada e desalfandegada para introdução em livre prática, uma vez que os produtos só adquirem o estatuto de «mercadorias da União Europeia» depois de entrarem no território da união aduaneira. Não se consideram «colocadas no mercado» as mercadorias objeto de regimes aduaneiros especiais (e.g. importação temporária, aperfeiçoamento ativo, transformação sob controlo aduaneiro, colocação em entreposto aduaneiro ou colocação em zona franca) ou em regimes de trânsito ou reexportação;
- **Pela primeira vez** – ou seja, não estão abrangidos os produtos da madeira, nem os produtos deles derivados, já colocados no mercado da UE. Disponibilizar pela primeira vez um produto significa colocar no mercado um produto específico posteriormente à data a partir da qual o RUEM é aplicável (3 de março de 2013), e não lançar um novo produto ou linha de produtos. Acresce que a noção de «colocação no mercado» remete para cada produto específico, e não para um tipo de produtos, quer o produto tenha sido fabricado à unidade ou em série;
- **No âmbito de uma atividade comercial** – ou seja, o RUEM não impõe requisitos aos consumidores particulares.

Os elementos supramencionados são cumulativos. Deve, pois, entender-se que a «colocação no mercado» ocorre quando o operador disponibiliza pela primeira vez madeira ou produtos da madeira no mercado da UE, para distribuição ou utilização no âmbito da sua atividade comercial.

As disposições do RUEM respeitantes aos «operadores» aplicam-se, portanto,

- às pessoas coletivas ou singulares que extraem madeira na UE para transformação ou distribuição a consumidores comerciais e particulares,
- às pessoas coletivas ou singulares que importam para a UE madeira ou produtos da madeira para transformação ou distribuição a consumidores comerciais e particulares e
- às pessoas coletivas ou singulares que extraem madeira na UE ou para ela importam madeira ou produtos da madeira exclusivamente para utilização na sua própria atividade.

De acordo com esta interpretação, uma empresa que extraia madeira na UE, ou que importe para a UE madeira ou produtos da madeira para utilização na sua própria organização, tem de aplicar um sistema de diligência devida. Esta interpretação não implica que a madeira tenha de ser vendida ou fisicamente transferida para uma pessoa específica: logo que um fornecedor a disponibilize para distribuição ou utilização na UE, a madeira fica abrangida pelo RUEM⁴.

A posição, face ao RUEM, dos agentes que servem de intermediários, aprovisionando terceiros e não se limitando ao papel de agentes de expedição, terá de ser determinada à luz da situação concreta e das disposições contratuais aplicáveis. Um agente que compre e traga mercadoria para a UE para satisfazer encomendas de compradores será um «operador» de pleno direito, contrariamente a um agente genuíno, que atua apenas por conta de terceiros e não fica nunca com a propriedade dos produtos.

Tratando-se de madeira extraída fora da UE:

- Uma empresa estabelecida na UE que compre num país terceiro madeira ou produtos da madeira e a/os importe para a UE torna-se «operador» uma vez que a madeira ou os produtos da madeira entrem na UE.
- Uma empresa estabelecida na UE que compre num país terceiro madeira ou produtos da madeira e a/os faça importar para a UE por um agente torna-se «operador» uma vez que a madeira ou os produtos da madeira entrem na UE.
- Uma empresa estabelecida na UE que encomende madeira ou produtos da madeira num país terceiro a um fornecedor não estabelecido na UE que depois a/os importa para a UE torna-se «operador» uma vez que a madeira ou os produtos da madeira entrem na UE (ainda que a propriedade só se transfira formalmente quando a mercadoria é entregue à empresa).
- Uma empresa não estabelecida na UE que importe para a UE madeira ou produtos da madeira, os desalfandegue para introdução em livre prática e procure depois um comprador torna-se «operador» uma vez que a madeira ou os produtos da madeira entrem na UE (uma vez que é ela que a/os disponibiliza no mercado da UE).
- Uma empresa não estabelecida na UE que venda na UE, diretamente a consumidores finais particulares, madeira ou produtos da madeira oriundos de um país terceiro torna-se «operador» uma vez que a madeira ou os produtos da madeira entrem na UE.

⁴ Esta interpretação coincide *grosso modo* com a perspetiva assumida no guia para a aplicação das diretivas baseadas na nova abordagem e na abordagem global (o Guia Azul), disponível em http://ec.europa.eu/enterprise/policies/single-market-goods/files/blue-guide/guidepublic_en.pdf. A definição de «colocação no mercado» no RUEM difere, contudo, da dada nas diretivas relativas ao mercado interno.

Todos os operadores, estejam ou não estabelecidos na UE, estão obrigados a respeitar a proibição de colocar no mercado madeira extraída ilegalmente e a exercer a diligência devida.

No anexo I expõem-se os cenários que ilustram a interpretação na prática da definição de «colocação no mercado».

O Regulamento UE da madeira não tem efeitos retroativos. Significa isto que aquela proibição não se aplica à madeira e produtos da madeira colocados no mercado anteriormente à data da sua entrada em vigor (3 de março de 2013). Os operadores terão, contudo, de demonstrar, quando de inspeção pela autoridade competente, que instituíram um sistema de diligência devida, aplicável a partir de 3 de março de 2013. É importante, portanto, que os operadores estejam em condições de identificar os seus fornecimentos antes e depois dessa data. No caso dos comerciantes, a obrigação de rastreabilidade é igualmente aplicável a partir da data referida.

2. Definição de risco desprezível

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 6.º

Sistemas de diligência devida

[...]

c) Exceto nos casos em que o risco identificado durante a aplicação dos procedimentos de avaliação do risco a que se refere a alínea b) seja desprezível, procedimentos de atenuação do risco, constituídos por um conjunto de medidas e processos adequados e proporcionados para minimizar efetivamente esse risco, que podem incluir a exigência de informações ou documentos suplementares e/ou de verificação por terceiros.

[...]

O exercício da diligência devida implica que o operador recolha informações sobre a madeira e os produtos da madeira e os respetivos fornecedores para poder avaliar cabalmente o risco. A informação a avaliar, em conformidade com o artigo 6.º, pode dividir-se em duas categorias:

- Artigo 6.º, n.º 1, alínea a) – informações específicas, respeitantes à própria madeira ou produto da madeira: descrição, país de extração (e, se for o caso, a região e a concessão), fornecedor e comerciante, bem como a documentação comprovativa do cumprimento da legislação aplicável;
- Artigo 6.º, n.º 1, alínea b) – informações gerais, que contextualizam a avaliação das informações específicas do produto, sobre a prevalência de extração madeireira ilegal de espécies de árvores específicas, a prevalência de práticas madeireiras ilegais no local de extração e a complexidade da cadeia de abastecimento.

As informações gerais traçam o quadro em que os operadores deverão avaliar o nível de risco, enquanto as informações específicas lhes permitem determinar o risco associado ao produto da madeira específico. Se as informações gerais indicarem riscos potenciais, a recolha de informações específicas do produto deverá ser particularmente cuidada. Se o produto for um derivado de várias madeiras, será necessário avaliar o risco associado a cada componente ou espécie.

O nível de risco só pode ser avaliado caso a caso, visto depender de vários fatores. Embora não haja um sistema universalmente aceite de avaliação do risco, regra geral o operador terá de observar os critérios seguintes:

- **Onde foi extraída a madeira?**

No país, região ou concessão de que é oriunda a madeira predomina a exploração madeireira ilegal? A espécie de árvore em causa é particularmente afetada pela exploração ilegal? A importação e exportação de madeira é objeto de sanções do Conselho de Segurança da ONU ou do Conselho da União Europeia?

- **O nível de governação suscita preocupação?**
O nível de governação pode comprometer a fiabilidade de alguns dos documentos comprovativos do cumprimento da legislação. Dever-se-á, portanto, considerar o nível de corrupção no país, os índices de risco comercial e outros indicadores de governação.
- **Os fornecedores disponibilizaram todos os documentos comprovativos do cumprimento da legislação aplicável e estes podem ser verificados?**
Se for possível reunir prontamente toda a documentação suscetível de ser disponibilizada, é grande a probabilidade de estar estabelecida a cadeia de abastecimento do produto. Pode, portanto, confiar-se fundadamente na fidedignidade e fiabilidade dos documentos.
- **Há indícios de envolvimento de empresas da cadeia de abastecimento em práticas madeireiras ilegais?**
O risco de a madeira ter sido extraída ilegalmente é maior quando ela é comprada a uma empresa que já tenha estado envolvida em práticas madeireiras ilegais.
- **A cadeia de abastecimento é complexa⁵?**
Quanto mais complexa for a cadeia de abastecimento, mais difícil poderá ser determinar onde foi extraída a madeira que entra na composição do produto. A incapacidade de reunir a necessária informação em qualquer ponto da cadeia de abastecimento pode aumentar a probabilidade de entrar nela madeira extraída ilegalmente.

A noção de «risco desprezível» aplicar-se-á, assim, aos fornecimentos que não suscitem dúvidas à luz dos resultados da avaliação cabal das informações específicas do produto e das informações gerais.

Este elenco de critérios de avaliação não é exaustivo, podendo os operadores adicionar-lhe outros critérios que ajudem a determinar a legalidade ou ilegalidade da extração da madeira que entra na composição de um produto.

⁵ No capítulo 3 aclara-se a noção de «complexidade da cadeia de abastecimento».

3. Aclaração da noção de «complexidade da cadeia de abastecimento»

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 6.º

Sistemas de diligência devida

[...]

b) Procedimentos de avaliação do risco que permitam ao operador analisar e avaliar o risco de colocação no mercado de madeira extraída ilegalmente ou de produtos da madeira dela derivados.

Estes procedimentos devem ter em conta as informações constantes da alínea a), bem como critérios relevantes de avaliação do risco, nomeadamente:

[...]

— a complexidade da cadeia de abastecimento de madeira e de produtos da madeira;

[...]

A complexidade da cadeia de abastecimento integra o elenco de critérios de avaliação do risco estabelecidos no artigo 6.º do RUEM, sendo portanto relevante para a componente do exercício da diligência devida respeitante à avaliação e atenuação do risco.

Este critério encontra justificação no facto de a complexidade da cadeia de abastecimento poder dificultar o retracing do percurso da madeira até ao local de extração (país e, se for o caso, região e concessão). A incapacidade de reunir a necessária informação em qualquer ponto da cadeia de abastecimento pode aumentar a probabilidade de entrar nela madeira extraída ilegalmente. A dimensão da cadeia de abastecimento não é, todavia, o fator que agrava o risco. O que importa é a capacidade de determinar o local de extração da madeira que entra na composição de um produto. O nível de risco aumentará se a complexidade da cadeia de abastecimento dificultar o apuramento da informação exigida pelo artigo 6.º, n.º 1, alíneas a) e b), do RUEM. A existência, na cadeia de abastecimento, de etapas não identificadas, poderá significar que o risco não é desprezível.

A complexidade da cadeia de abastecimento é tanto maior quanto maior for o número de empresas transformadoras e de intermediários que intervêm no percurso da madeira do local de extração ao operador. Pode também aumentar se na composição do produto entrar madeira de mais de uma espécie ou proveniência.

Para avaliarem a complexidade da cadeia de abastecimento, os operadores poderão fazer uso dos critérios seguintes (que não são obrigatórios nem exclusivos):

- ✓ Intervêm na cadeia de abastecimento várias empresas transformadoras e várias etapas, previamente à colocação de um produto da madeira específico no mercado da UE?
- ✓ A madeira ou os produtos da madeira foram transacionados em mais de um país previamente à sua colocação no mercado da UE?
- ✓ A madeira que entra na composição do produto a colocar no mercado provém de mais de uma espécie de árvore?
- ✓ A madeira que entra na composição do produto a colocar no mercado é de proveniências distintas?

4. Aclaração da obrigatoriedade de documentos comprovativos do cumprimento da legislação aplicável

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 2.º

Definições

[...]

f) «*Extraída legalmente*», *extraída em conformidade com a legislação aplicável no país de extração;*

g) «*Extraída ilegalmente*», *extraída em infração à legislação aplicável no país de extração;*

h) «*Legislação aplicável*», *a legislação em vigor no país de extração nos seguintes domínios:*

- *direitos de extração de madeira em zonas cujos limites legais estão publicados,*

- *pagamento de direitos de extração e de madeira, incluindo imposições relativas à extração de madeira,*

- *extração de madeira, incluindo legislação ambiental e florestal, nomeadamente gestão florestal e conservação da biodiversidade, quando diretamente relacionadas com a extração de madeira,*

- *direitos legais de terceiros relativos à utilização e à posse afetadas pela extração de madeira, e*

- *comércio e alfândegas, na medida em que estiver envolvido o setor florestal.*

[...]

Artigo 6.º

Sistemas de diligência devida

1. [...]

a) *Medidas e procedimentos que proporcionem acesso às seguintes informações sobre o fornecimento pelo operador da madeira ou de produtos da madeira colocados no mercado;*

[...]

- *documentos ou outras informações que indiquem que a madeira e os produtos da madeira em causa cumprem a legislação aplicável;*

[...]

Esta obrigação encontra justificação no facto de a base para se definir o que constitui exploração madeireira ilegal ser a legislação nacional do país de extração, por faltar uma definição de «madeira extraída legalmente» estabelecida ao nível internacional.

No seu artigo 6.º, n.º 1, alínea a), último travessão, o RUEM prevê a recolha de documentação ou outras informações comprovativas do cumprimento da legislação aplicável no país de extração, no quadro do exercício da diligência devida. Note-se que a recolha de documentação é obrigatória para efeitos da avaliação do risco, não constituindo uma obrigação *per se*.

O RUEM adota uma abordagem flexível, enumerando um conjunto de domínios legislativos sem especificar legislação específica, que difere de país para país e pode ser objeto de alteração. Para obterem documentação ou outras informações comprovativas do cumprimento da legislação aplicável no país de extração, os operadores têm de saber concretamente qual é essa legislação. Os operadores poderão obter apoio para esse efeito junto das autoridades competentes dos Estados-Membros em colaboração com a Comissão⁶. Poderão também recorrer aos serviços de organizações de vigilância ou, caso não trabalhem com nenhuma, consultar organizações que conheçam especificamente o setor florestal do país em que é extraída a madeira ou de que são oriundos os produtos da madeira.

A obrigação de recolha de documentos ou outras informações deverá ser entendida em sentido lato, uma vez que a regulamentação pode variar de país para país e nem todos exigirão a emissão de documentação específica. Trata-se, portanto, de documentos oficiais emitidos pelas autoridades competentes, de documentos comprovativos de obrigações contratuais, de documentos que ilustrem a política empresarial, de códigos de conduta, de certificados emitidos no âmbito de sistemas de verificação por terceiros, etc.

O quadro que se segue apresenta exemplos concretos, que servem exclusivamente para ilustração e não constituem nenhuma imposição nem limitação:

1. Direitos de extração de madeira em zonas com limites legais publicados	Documentos geralmente disponíveis, em papel ou eletrónicos, e.g. títulos de propriedade/direitos de uso das terras, contratos ou acordos de concessão
2. Pagamento de direitos de extração e de madeira, incluindo imposições relativas à extração de madeira	Documentos geralmente disponíveis, em papel ou eletrónicos, e.g. contratos, documentos bancários, documentos IVA, recibos oficiais, etc.
3. Extração de madeira, incluindo legislação ambiental e florestal, nomeadamente gestão florestal e conservação da biodiversidade, quando diretamente relacionadas com a extração de madeira	Relatórios de auditoria oficiais, certificados de autorização ambiental, planos de extração aprovados, relatórios de conclusão do abate, certificados ISO, códigos de conduta, informações públicas comprovativas do exercício de supervisão regulamentar rigorosa e da existência de procedimentos de rastreio e controlo da madeira, documentos oficiais emitidos pelas autoridades competentes do país de extração, etc.
4. Direitos legais de terceiros relativos à utilização e à posse afetadas pela extração de madeira	Avaliações do impacto ambiental, planos de gestão ambiental, relatórios de auditoria ambiental, convénios de responsabilidade social, relatórios sobre reclamações ou conflitos quanto à posse ou aos direitos

⁶ A UE concluiu acordos de parceria voluntários (APV) com um conjunto de países terceiros, nos quais se especifica a legislação aplicável no país. Estes acordos podem servir de guia aos operadores no que respeita à legislação aplicável a produtos que não figurem, como é por vezes o caso, no anexo de um APV específico.

5. Comércio e alfândegas, na medida em que estiver envolvido o setor florestal	Documentos geralmente disponíveis, em papel ou eletrônicos, e.g. contratos, documentos bancários, documentos comerciais, licenças de importação, licenças de exportação, recibos oficiais do pagamento dos direitos de exportação, lista de proibições de exportação, documentos relativos aos contingentes de exportação autorizados, etc.
--------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

5a. Aclaração da noção de «produto» - materiais de embalagem

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 2.º

Definições

[...]

a) «Madeira e produtos da madeira» [são] a madeira e os produtos da madeira referidos no anexo, com exceção dos produtos da madeira ou dos componentes desses produtos que tenham completado o seu ciclo de vida e que de outro modo seriam eliminados como resíduos, na aceção do n.º 1 do artigo 3.º da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa aos resíduos;

Anexo

[...]

4415 Caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, de madeira; carretéis para cabos, de madeira; paletes simples, paletes-caixas e outros estrados para carga, de madeira; taipais de paletes de madeira

(Material que não seja de embalagem utilizado exclusivamente como material de embalagem para sustentar, proteger ou transportar outro produto colocado no mercado)

[...]

Pasta e papel dos capítulos 47 e 48 da Nomenclatura Combinada, com exceção dos produtos de bambu e do papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)

[...]

O anexo do RUEM enumera a madeira e os produtos da madeira, de acordo com a classificação da Nomenclatura Combinada⁷ estabelecida no anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho, aos quais se aplica o regulamento.

O código 4819 do Sistema Harmonizado abrange: *Caixas, sacos, bolsas, cartuchos e outras embalagens, de papel, cartão, pasta (ouate) de celulose ou de mantas de fibras de celulose; cartonagens para escritórios, lojas e estabelecimentos semelhantes.*

⁷ A versão atual da Nomenclatura Combinada está disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/Result.do?direct=yes&lang=pt&where=EUROVOC :005751 &whereihm=EUR OVOC:Combined%20Nomenclature>

- **Qualquer dos artigos supramencionados colocado no mercado enquanto produto *per se*, e não destinado a servir de embalagem de outro produto, *está abrangido pelo RUEM e pelo sistema de diligência devida.***
- **Se for utilizada para «sustentar, proteger ou transportar» outro produto, a embalagem classificada no código SH 4415 ou 4819 *não* está abrangida pelo RUEM.**

Quer isto dizer que a restrição ao código SH 4415 que figura entre parênteses no anexo do RUEM, citada na caixa *supra*, vale também, por analogia, para o código SH 4819.

Dentro destas categorias há outra distinção, entre a embalagem que confere ao produto a sua «natureza essencial» e a embalagem que se adapta ao produto mas não é parte integrante dele. A regra geral 5 de interpretação da Nomenclatura Combinada⁸ esclarece estas distinções e dão-se exemplos a seguir. Muito provavelmente, todavia, estas distinções adicionais só terão relevância para uma pequena fração das mercadorias abrangidas pelo RUEM.

Em síntese,

Abrangidas pelo RUEM:

- Embalagens dos códigos SH 4415 e 4819 colocadas no mercado enquanto produto.
- Embalagens dos códigos SH 4415 e 4819 que conferem ao produto a sua natureza essencial, e.g. caixas de oferta decorativas.

Excluídas do RUEM:

- Embalagens utilizadas exclusivamente para sustentar, proteger ou transportar outro produto (que pode ou não ser derivado da madeira) que se apresentam com a mercadoria no interior.

⁸ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1999:278:0011:0012:PT:PDF>

5b. Aclaração da noção de «produto» - «resíduo*»/«reciclado»

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Considerando 11

Tendo em conta que a utilização de madeira reciclada e de produtos da madeira reciclados deverá ser encorajada, e que a inclusão desses produtos no âmbito do presente regulamento constituiria um encargo desproporcionado para os operadores, a madeira e os produtos de madeira usados que tenham completado o seu ciclo de vida e que de outra forma seriam eliminados como resíduos, deverão ser excluídos do âmbito do presente regulamento.

Artigo 2.º

Definições

a) «Madeira e produtos da madeira» [são] a madeira e os produtos da madeira referidos no anexo, com exceção dos produtos da madeira ou dos componentes desses produtos que tenham completado o seu ciclo de vida e que de outro modo seriam eliminados como resíduos, na aceção do n.º 1 do artigo 3.º da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa aos resíduos⁹.

Diretiva 2008/98/CE, artigo 3.º, n.º 1

«Resíduos» [são] quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Esta exclusão aplica-se:

- Aos produtos, dos tipos abrangidos pelo anexo, produzidos a partir de madeira que completou o seu ciclo de vida e seria, portanto, eliminada como resíduo (e.g. madeira recuperada de edifícios demolidos ou produtos fabricados com resíduos de madeira).

Não se aplica:

- Aos subprodutos de processos de transformação de madeira que não completou o seu ciclo de vida e que, a não ser usada, teria sido eliminada como resíduo.

Exemplos

As estilhas e serradura produzidas como subproduto da atividade de serração estão abrangidas pelo RUEM?

Estão.

No entanto, as estilhas ou outros produtos fabricados com madeira já colocada no mercado interno não estão abrangidas pelas disposições do RUEM que se prendem com a «colocação no mercado» [artigo 2.º, alínea b), último período].

⁹ JO L 312 de 22.11.2008, p. 3

O mobiliário fabricado com madeira recuperada de edifícios demolidos está abrangido pelo RUEM?

Não, a madeira que entra na composição desses produtos completou o seu ciclo de vida e teria sido, a não ser usada, eliminada como resíduo.

6. Papel dos sistemas de verificação por terceiros no processo de avaliação e atenuação do risco¹⁰

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Considerando 19

A fim de reconhecer as boas práticas no setor florestal pode recorrer-se, no processo de avaliação do risco, à certificação ou a outros sistemas de verificação por terceiros que incluam a verificação do cumprimento da legislação aplicável.

Artigo 6.º

Sistemas de diligência devida

[...]

[Os] procedimentos de avaliação do risco [...] devem ter em conta [...] critérios relevantes de avaliação do risco, nomeadamente: a garantia de cumprimento da legislação aplicável, que pode incluir a certificação ou outros sistemas de verificação por terceiros que abranjam o cumprimento da legislação aplicável; [...]

e a respeito da atenuação do risco:

[Os] procedimentos de atenuação do risco [...] podem incluir a exigência de informações ou documentos suplementares e/ou de verificação por terceiros.

Regulamento de Execução (UE) n.º 607/2012 da Comissão

Artigo 4.º

Avaliação e atenuação do risco

A certificação ou outros sistemas de verificação por terceiros a que se refere o artigo 6.º, n.º 1, alínea b), segundo parágrafo, primeiro travessão, e o artigo 6.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 995/2010 podem ser tidos em conta nos procedimentos de avaliação e atenuação do risco quando cumpram os seguintes critérios:

a) Estabeleceram e disponibilizaram para utilização por terceiros um sistema de requisitos acessíveis ao público, que deve incluir, pelo menos, os requisitos pertinentes da legislação aplicável;

b) Especificam que são efetuadas por terceiros, a intervalos regulares não superiores a 12 meses, inspeções adequadas, incluindo visitas de campo, para verificar que a legislação aplicável é cumprida;

c) Incluem meios, verificados por terceiros, para rastrear a madeira extraída em conformidade com a legislação aplicável, bem como os produtos da madeira derivados dessa madeira, em qualquer ponto da cadeia de abastecimento, antes de essa madeira ou esses produtos da madeira serem colocados no mercado;

d) Incluem controlos, verificados por terceiros, para assegurar que a madeira ou os produtos da madeira de origem desconhecida ou a madeira ou produtos da madeira que não foram extraídos em conformidade com a legislação aplicável não entram na cadeia de abastecimento.

¹⁰ Note-se que a certificação não tem o mesmo estatuto das licenças FLEGT e dos certificados CITES (vide capítulo 10).

A. Informações de contextualização

Os sistemas voluntários de certificação florestal e de verificação da legalidade da madeira são frequentemente utilizados para dar resposta às exigências de consumidores específicos a respeito de produtos da madeira. Tais sistemas compreendem normalmente a norma que contempla os métodos de gestão a praticar numa unidade de gestão florestal e que define os princípios, critérios e indicadores gerais, os requisitos de verificação do cumprimento da norma e de emissão de certificados e a certificação da cadeia de responsabilidade destinada a garantir que o produto contém exclusivamente madeira, ou uma percentagem especificada de madeira, oriunda de florestas certificadas.

Fala-se de certificação por terceiros quando a avaliação e a emissão do certificado são efetuadas por uma organização que não é o gestor florestal, o fabricante ou o comerciante. No quadro dos sistemas de certificação, exige-se geralmente que essas organizações terceiras demonstrem a sua capacidade para efetuarem avaliações, mediante um processo de acreditação no qual se definem as normas de qualificação dos auditores e os sistemas a que as organizações de certificação terão de aderir. A Organização Internacional de Normalização (ISO) publicou normas que contemplam tanto os requisitos para os organismos de certificação como os métodos de avaliação. Embora frequentemente propostos por organizações que oferecem serviços de certificação acreditados, os sistemas próprios de verificação da legalidade da madeira não requerem em geral acreditação.

As normas de certificação da gestão florestal compreendem geralmente o requisito de cumprimento da legislação que rege as unidades de gestão florestal. Em geral, as normas de gestão de sistemas, como as normas de gestão ambiental ou de gestão da qualidade, não contêm tal requisito ou não possibilitam a sua verificação rigorosa no quadro da avaliação.

B. Orientações

Ao ponderar da conveniência de recorrer a um sistema de certificação ou de verificação da legalidade como garante de que a madeira que entra na composição de um produto foi extraída legalmente, o operador terá de saber se o sistema incorpora uma norma que contempla toda a legislação aplicável. Implica isto que o operador tenha algum conhecimento do sistema a que pretende recorrer e da sua aplicação concreta no país de extração da madeira. Os produtos certificados ostentam geralmente um rótulo em que figura o nome da organização de certificação que estabeleceu os critérios de emissão do certificado e os requisitos do processo de auditoria. Estas organizações estão normalmente em condições de facultar informações sobre a certificação, designadamente o que esta abrange e o processo seguido no país de extração, e sobre elementos como a natureza e a frequência das auditorias no terreno.

O operador deverá estar convicto de que a organização terceira que emitiu o certificado tinha as necessárias qualificações e gozava de boa reputação no âmbito do sistema de certificação e junto do organismo de acreditação. No âmbito dos sistemas de certificação, é geralmente possível obter informações sobre a regulação do sistema.

Alguns sistemas autorizam a certificação se uma percentagem especificada da madeira que entra na composição de um produto satisfizer integralmente a norma de certificação aplicável. Essa percentagem vem geralmente indicada no rótulo. Em tal caso, é importante que o operador procure saber se foram feitas verificações à fração não certificada e se essas verificações fornecem prova adequada do cumprimento da legislação aplicável.

Pode utilizar-se a certificação da cadeia de responsabilidade como prova de que não entrou na cadeia de abastecimento madeira de proveniência desconhecida ou não licenciada. Tal certificação visa em geral garantir que apenas entra na cadeia de abastecimento, em «pontos de controlo críticos», madeira licenciada e que se pode retrair o percurso de um produto até à entidade sob cuja responsabilidade se encontrava anteriormente (a qual deve igualmente ter esta certificação), e não tanto até à floresta em que a madeira foi extraída. Um produto com certificação da cadeia de responsabilidade pode conter madeira certificada e outra madeira licenciada, de várias proveniências. Ao recorrer à certificação da cadeia de responsabilidade como prova da legalidade, o operador deverá certificar-se de que foi cumprida a legislação aplicável à madeira licenciada e que os controlos são suficientes para excluir outra madeira.

Note-se que uma organização pode beneficiar da certificação da cadeia de responsabilidade desde que institua sistemas que possibilitem a distinção da madeira certificada e da madeira licenciada (na percentagem admitida) da madeira não licenciada, sem estar a produzir, num dado momento, nenhum produto certificado. Caso recorram à certificação como garante e adquiram a fornecedores com certificação da cadeia de responsabilidade, os operadores devem certificar-se de que o produto que estão a comprar tem de facto o certificado exigido.

No processo de avaliação da credibilidade do sistema de verificação por terceiros, os operadores poderão colocar-se as seguintes questões (não exaustivas):

- ✓ São cumpridos todos os critérios do artigo 4.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 607/2012 da Comissão?
- ✓ A certificação, ou o sistema de verificação por terceiros, obedece às normas internacionais e europeias (e.g. os guias ISO e os códigos ISEAL pertinentes)?
- ✓ Há relatórios fundamentados sobre possíveis lacunas ou problemas dos sistemas de verificação por terceiros nos países de que foram importados os produtos da madeira ou a madeira?
- ✓ Os terceiros que efetuam as inspeções e controlos previstos no artigo 4.º, alíneas b), c) e d), do Regulamento de Execução (UE) n.º 607/2012 da Comissão são organizações independentes acreditadas?

7. Avaliação periódica do sistema de diligência devida

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 4.º

Obrigações dos operadores

[...]

3. Os operadores devem manter e avaliar periodicamente o sistema de diligência devida que utilizam, exceto se utilizarem um sistema de diligência devida estabelecido por uma organização de vigilância, na aceção do artigo 8.º. [...]

[...]

Pode definir-se «sistema de diligência devida» como um método documentado, experimentado, faseado e controlado, com o qual se obtém consistentemente o resultado esperado de um processo comercial. É importante que os operadores que fazem uso de sistemas próprios de diligência devida os avaliem a intervalos regulares, a fim de garantir que os responsáveis aplicam os devidos procedimentos e que se obterá o resultado esperado. As boas práticas indicam que essa avaliação deverá ser anual.

A avaliação poderá ser efetuada por um elemento da organização (idealmente, não envolvido nos procedimentos) ou por uma entidade externa e deverá apurar se o sistema apresenta lacunas ou falhas. Os órgãos de gestão da organização deverão estabelecer prazos para a correção das lacunas ou falhas identificadas.

No caso da madeira, a avaliação do sistema de diligência devida deverá, por exemplo, apurar se se aplicam procedimentos documentados para efeitos da recolha e registo das informações essenciais respeitantes aos fornecimentos de produtos da madeira a colocar no mercado, da avaliação do risco de componentes do produto conterem madeira extraída ilegalmente e da definição das medidas a tomar em função do nível do risco. Deverá igualmente apurar se os responsáveis pelas diferentes fases dos procedimentos os conhecem e aplicam e se são efetuados controlos adequados para assegurar a sua eficácia prática (i.e., se os procedimentos permitem a identificação dos fornecimentos de madeira que apresentam risco e resultam na exclusão destes).

8. Produtos compósitos

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 6.º, n.º 1

[...]

a) Medidas e procedimentos que proporcionem acesso às seguintes informações sobre o fornecimento pelo operador da madeira ou de produtos da madeira colocados no mercado:

– uma descrição, incluindo a designação comercial e o tipo do produto, bem como o nome comum da espécie de árvore e, se for caso disso, o seu nome científico completo,

– o país de extração e, se for o caso:

i) a região do país em que a madeira foi extraída, e

ii) a concessão de extração,

[...]

No quadro deste requisito de «acesso à informação» no que respeita aos produtos compósitos ou aos produtos com componentes compósitos derivados de madeira, o operador precisa de obter informações sobre a madeira virgem que entra na composição do produto, incluindo as espécies, o local em que foi extraída a madeira de cada componente e a legalidade da proveniência dos componentes.

Nem sempre é fácil identificar a exata proveniência de todos os componentes de produtos da madeira compósitos. É o que acontece, em especial, com os produtos reconstituídos, como o papel, os painéis de fibras e os painéis de partículas, relativamente aos quais poderá igualmente ser difícil identificar as espécies. Se na composição do produto entrar madeira de várias espécies, o operador terá de fornecer a lista de todas elas. A lista de espécies deverá ser elaborada segundo as nomenclaturas internacionalmente aceites [e.g. DIN EN 13556 «Nomenclature of timbers used in Europe»; «Nomenclature Générale des Bois Tropicaux, ATIBT (1979)»].

No caso de se poder comprovar que um componente de um produto compósito foi colocado no mercado anteriormente à sua incorporação no produto, ou é feito com madeira que já completou o seu ciclo de vida e teria sido, a não ser usada, eliminada como resíduo (ver capítulo 5b), a avaliação do risco não é obrigatória para esse componente. Por exemplo, se um operador fabricar e vender um produto em cuja composição entram estilhas provenientes de produtos da madeira já colocados no mercado da UE e de madeira virgem que o operador importou para a UE, a avaliação do risco só é obrigatória para a fração importada.

No anexo II figuram exemplos de informação descritiva dos fornecimentos.

9. «Setor florestal»

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 2.º

Definições

[...]

h) «Legislação aplicável», a legislação em vigor no país de extração nos seguintes domínios: [...]

– comércio e alfândegas, na medida em que estiver envolvido o setor florestal.

Esta definição remete exclusivamente para o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, nos países em que é extraída a madeira, à exportação de madeira e produtos da madeira. O requisito de cumprimento respeita à exportação do país de extração, e não ao país de exportação para a UE. Se, por exemplo, a madeira for exportada do país X para o país Y e deste para a União Europeia, o requisito aplica-se à exportação de X para Y, e não de Y para a UE.

A legislação aplicável compreende (sem se limitar):

- As proibições, contingentes e outras restrições à exportação de produtos da madeira, por exemplo a proibição da exportação de toros em bruto ou madeira serrada em bruto;
- Os requisitos para obtenção de licenças de exportação de madeira ou produtos da madeira;
- As autorizações oficiais eventualmente exigidas pelos exportadores de madeira ou produtos da madeira;
- Os impostos e direitos aplicados à exportação de produtos da madeira.

10. Tratamento da madeira com certificação CITES ou licença FLEGT

Legislação pertinente:

Regulamento UE da madeira

Artigo 3.º

Estatuto da madeira e dos produtos da madeira abrangidos pela regulamentação FLEGT e CITES

Para efeitos do presente regulamento, a madeira incorporada em produtos da madeira constantes dos anexos II e III do Regulamento (CE) n.º 2173/2005 originários de países parceiros constantes do anexo I do mesmo regulamento, conformes com o referido regulamento e com as respetivas disposições de aplicação, é considerada como extraída legalmente.

Para efeitos do presente regulamento, a madeira das espécies enumeradas nos anexos A, B e C do Regulamento (CE) n.º 338/97, conforme com o referido regulamento e com as respetivas disposições de aplicação, é considerada como extraída legalmente.

[...]

Nos termos do RUEM, a madeira e os produtos da madeira cobertos por licença FLEGT ou certificado CITES cumprem integralmente os seus requisitos. Significa isto que:

- a) Os operadores que coloquem no mercado produtos abrangidos por esses documentos não têm de lhes aplicar o sistema de diligência devida, devendo apenas demonstrar que os produtos dispõem de documentação pertinente válida;
- b) As autoridades competentes considerarão que tais produtos provêm de extração legal e não há risco de violação das disposições do RUEM, que proíbe a colocação no mercado de madeira ilegal.

Tal resulta do facto de se terem efetuado nos países de exportação, em conformidade com os acordos de parceria voluntários concluídos pela União Europeia e esses países, os controlos de verificação da legalidade – e se ter, portanto, exercido a diligência devida –, pelo que a madeira pode ser considerada isenta de riscos pelos operadores.

Anexo I

Como aplicar na prática a interpretação da definição de «colocação no mercado»

Os cenários descritos a seguir ilustram situações em que uma pessoa coletiva ou singular será considerada «operador» nos termos do Regulamento UE da madeira.

Cenário 1

O fabricante C compra papel num país terceiro, importa-o para a UE (qualquer país) e utiliza-o para fazer cadernos, que depois vende ao retalhista D num Estado-Membro. Estes cadernos constituem um produto abrangido pelo anexo do RUEM:

- O fabricante C é o operador, uma vez que importa o papel para o utilizar na sua atividade comercial.

Cenário 2

O retalhista G compra rolos para máquina registadora num país terceiro, importa-os para a UE e utiliza-os nas suas lojas:

- O retalhista G é o operador, uma vez que importa os rolos para os utilizar na sua atividade comercial.

Cenário 3

O fabricante C, estabelecido na UE, importa papel *kraft* revestido diretamente a um produtor de um país terceiro e utiliza-o para embalar produtos que são depois vendidos no mercado da UE:

- O fabricante C é o operador, uma vez que importa o papel *kraft* para a UE para o utilizar na sua atividade comercial. (Note-se que é irrelevante, neste caso, que o papel *kraft* seja utilizado apenas para embalagem, uma vez que é importado enquanto produto *per se*)

[Os cenários 4, 5 e 6 respeitam à aquisição, por entidades da UE a entidades de países terceiros, em circunstâncias ligeiramente distintas (explicadas na parte final de cada cenário), de madeira e produtos da madeira]

Cenário 4

O negociante de madeira H, estabelecido na UE, compra, por via eletrónica, painéis de partículas a um fornecedor estabelecido fora da UE. Nos termos do contrato, a propriedade é transferida imediatamente para o negociante, quando os painéis se encontram ainda fora da UE. Os painéis são transportados para um Estado-Membro e desalfandegados pelo agente J, que depois os entrega ao negociante H. Este vende-os ao construtor K:

- O negociante H é o operador, uma vez que o seu agente J importa os painéis de partículas para a UE para que H os distribua ou utilize no âmbito da sua atividade comercial. A intervenção de J limita-se ao papel de agente, transportando mercadorias por conta do negociante de madeira H.

[Neste cenário, a propriedade transfere-se de uma entidade de um país terceiro para uma entidade da UE antes de produto entrar fisicamente na UE]

Cenário 5

O negociante de madeira H, estabelecido na UE, compra, por via eletrónica, painéis de partículas ao fornecedor L, estabelecido fora da UE. Nos termos do contrato, a propriedade é transferida quando os painéis são entregues nas instalações de H no Reino Unido. O agente J importa os painéis para a UE por conta de L e entrega-os nas instalações de H:

- O negociante H é o operador, uma vez que o agente J do fornecedor L importa os painéis de partículas para a UE para que H os distribua ou utilize no âmbito da sua atividade comercial.

[Neste cenário, a propriedade transfere-se de uma entidade de um país terceiro para uma entidade da UE apenas depois de o produto entrar fisicamente na UE]

Cenário 6

O fornecedor L, não estabelecido na UE, importa para a UE um lote de madeira ou produtos da madeira e procura depois um comprador. O negociante de madeira H compra a L a madeira ou os produtos da madeira, depois de o lote entrar fisicamente na UE e ser introduzido em livre prática por L, e utiliza-a/os na sua atividade comercial.

- O fornecedor L é o operador, uma vez que importa a madeira ou os produtos para a UE para distribuição no âmbito da sua atividade comercial. O negociante H é um comerciante.

[Neste cenário, a propriedade transfere-se de uma entidade de um país terceiro para uma entidade da UE apenas depois de o produto entrar fisicamente na UE e se nenhum contrato tiver sido celebrado anteriormente]

Cenário 7

O retalhista M, estabelecido na UE, importa para a UE produtos da madeira e vende-os diretamente, através do seu estabelecimento, a clientes particulares.

- O retalhista M é o operador, uma vez que importa os produtos da madeira para a UE para distribuição no âmbito da sua atividade comercial.

Cenário 8

A companhia de eletricidade E compra estilhas de madeira diretamente a um país terceiro, importa-as para a UE e utiliza-as para produzir energia, que vende à rede nacional de um Estado-Membro. Embora se aplique às estilhas, o RUEM não abrange o produto final (eletricidade) vendido pela companhia:

- A companhia de eletricidade M é o operador, uma vez que importa as estilhas de madeira para a UE para utilização na sua atividade comercial.

Cenário 9

O negociante de madeira F compra estilhas de madeira diretamente a um país terceiro e importa-as para a UE, onde as vende à companhia de eletricidade E. Esta utiliza-as para produzir energia na UE, que vende à rede nacional de um Estado-Membro:

- O negociante de madeira F é o operador, uma vez que importa as estilhas de madeira para a UE para distribuição no âmbito da sua atividade comercial.

[Os cenários 10 e 10a destacam o facto de as árvores não abatidas estarem excluídas do RUEM. Dependendo das disposições contratuais específicas, o «operador» poderá ser o proprietário da floresta ou a empresa titular do direito de extrair madeira para distribuição ou utilização no âmbito da sua atividade comercial]

Cenário 10

O proprietário florestal Z abate árvores na sua propriedade e vende a madeira a clientes ou transforma-a na sua própria serração:

- O proprietário florestal Z é o operador, uma vez que extrai a madeira para distribuição ou utilização no âmbito da sua atividade comercial.

Cenário 10a

O proprietário florestal Z vende à companhia A o direito de extrair, na sua propriedade, madeira de árvores em pé, que A distribui ou utiliza no âmbito da sua atividade comercial:

- A companhia A é o operador, uma vez que extrai a madeira para distribuição ou utilização no âmbito da sua atividade comercial.

Anexo II

Exemplos de informação sobre produtos compósitos

Tipo de produto:	Mobiliário de cozinha por montar, em embalagens planas					Colocação no mercado possível?
Período:	Abril 2011 - dezembro 2012					
Volume	3200 unidades					
Componente	Descrição	Espécie(s)	País/região de extração	Concessão de extração	Prova de legalidade	
Núcleo	Painéis de fibras de média densidade	Coníferas, sobretudo pinheiro silvestre (<i>Pinus sylvestica</i>) e píceas (<i>Picea abies</i>)	Mais de um Estado-Membro	Várias	Desnecessária – já colocado no mercado	Não aplicável
			País terceiro emergente de clima boreal	Várias	Sistema próprio para avaliação da legalidade e rastreabilidade	Sim (se confiança for fundada)
Superfície	Papel de revestimento a imitar madeira, importado para a UE	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Nenhuma	Não

Tipo de produto:	Mobiliário de escritório por montar (CKD)					Colocação no mercado possível?
Período:	Janeiro 2011 – junho 2011					
Volume	1500 unidades					
Componente	Descrição	Espécie(s)	País/região de extração	Concessão de extração	Prova de legalidade	
Núcleo	Painéis de partículas	Píceas-de-sitka (<i>Picea sitchensis</i>)	Estado-Membro	Múltipla	Desnecessária – já colocado no mercado	Não aplicável
Face e costas	Folheado de 0,5 mm	Faia (<i>Fagus sylvatica</i>)	Estado-Membro	Proprietários florestais privados	Desnecessária – já colocado no mercado	Não aplicável

Tipo de produto:	Estilhas de madeira					Colocação no mercado possível?
Período:	Janeiro 2012 – dezembro 2012					
Volume	10 000 toneladas					
Componente	Descrição	Espécie(s)	País/região de extração	Concessão de extração	Prova de legalidade	
	A partir de costaneiras/ sobranes comprados com as árvores ainda em pé aos proprietários florestais	Píceas, pinheiro e bétula	Estado-Membro	Vários proprietários florestais privados	Planos verificados dos proprietários para regeneração	Não aplicável
	A partir de costaneiras/ desperdícios da toragem comprados <i>in loco</i>	Píceas, pinheiro e bétula	Estado-Membro	Vários proprietários florestais privados	Desnecessária – já colocado no mercado	Não aplicável

Tipo de produto:	Papel de escrita (90 g/m ²), Indonésia					Colocação no mercado possível?
Período:	Abril 2012 – março 2013					
Volume	1200 toneladas					
Componente	Descrição	Espécie(s)	País/região de extração	Concessão de extração	Prova de legalidade	
	Pasta de fibras curtas	<i>Acacia mangium</i>	País terceiro em desenvolvimento de clima tropical, província especificada	Plantação florestal industrial, concessão XXX	Certificado de legalidade	Sim (se confiança for fundada)
	Pasta de fibras curtas	Folhosas tropicais	País terceiro em desenvolvimento de clima tropical, província especificada	Desmatamento de floresta natural secundária para plantação (produção de madeira para trituração e óleo de palma)	Nenhuma	Não
	Pasta de fibras longas	<i>Pinus radiata</i>	País terceiro de clima temperado	Plantações florestais	Certificado da cadeia de responsabilidade	Sim (se confiança for fundada)

Tipo de produto:	Contraplacado de 12 mm					Colocação no mercado possível?
Período:	Abril 2012 – março 2013					
Volume	8500 m³					
Componente	Descrição	Espécie(s)	País/região de extração	Concessão de extração	Prova de legalidade	
Face e costas	Folheado	Bintangor (<i>Callophyllum sp.</i>)	País terceiro em desenvolvimento de clima tropical, província especificada	Parcelas florestais em explorações agrícolas, não especificadas	Certificado de exportação de agência governamental	Sim (se confiança for fundada)
Núcleo	Folheado	Choupo (<i>Populus sp.</i>)	País terceiro emergente de clima temperado	Concessão YYY	Nenhuma	Não

Tipo de produto:	Cartão revestido, China					Colocação no mercado possível?
Período:						
Volume	500 toneladas					
Componente	Descrição	Espécie(s)	País/região de extração	Concessão de extração	Prova de legalidade	
	Pasta kraft branqueada de resinosas nórdicas (NBKP)	Tsuga ocidental (<i>Tsuga heterophylla</i>), pseudotsuga <i>menziesii</i> , cedro vermelho (<i>Thuja plicata</i>), píceas (<i>Picea glauca</i>), pinheiro (<i>Pinus contorta</i>)	País terceiro de clima boreal	Plantação florestal industrial	Classificado de incontestável segundo as diretrizes de certificação	Sim (se confiança for fundada)
	Pasta kraft branqueada de folhosas (LBKP)	Choupo (<i>Populus spp.</i>)	País terceiro de clima boreal	Plantação florestal industrial	Classificado de incontestável segundo as diretrizes de certificação	Sim (se confiança for fundada)
	Pasta mecânica	Choupo (<i>Populus tremuloides</i> , <i>Populus balsamifera</i>), píceas (<i>Picea glauca</i>), pinheiro (<i>Pinus banksiana</i>)	País terceiro de clima boreal	Vários proprietários florestais privados	Incontestável Certificado de legalidade	Sim (se confiança for fundada)